

O CRESCIMENTO DA FOME NA VENEZUELA: A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E O PAPEL DA OFENSIVA IMPERIALISTA

Vinicius de Paula Ismael¹

João Paulo Rosalin²

Ramon Spironello do Nascimento³

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar como a ofensiva imperialista comandada pelos Estados Unidos sobre a Venezuela, desde meados da década de 2010, e a dependência econômica à produção de petróleo têm conduzido essa nação a uma crise sem precedentes que se expressa no crescimento da fome. Dessa maneira, iniciamos com algumas considerações sobre a problemática do imperialismo, vinculado à expansão territorial do modo de produção capitalista para submeter novos espaços à sua dinâmica de acumulação, e como ela se expressa concretamente no período contemporâneo de crise estrutural. Na sequência, analisamos brevemente a dependência histórica da Venezuela, país da periferia capitalista submetido aos interesses do centro, à produção de petróleo e como isso impactou a produção de bens de consumo, em especial de alimentos, conduzindo a uma necessidade de importação dos mesmos. Por fim, explicitamos a ofensiva imperialista, comandada pelos governos norte-americanos de Barack Obama e Donald Trump, sobre a Venezuela e quais mecanismos ela mobiliza para desestabilizar economicamente, politicamente e socialmente esse território, levando, em conjunto aos efeitos da crise de 2008 sobre o preço do petróleo, a uma intensificação da crise venezuelana que se expressa, entre outras coisas, na dificuldade da importação de alimentos e, conseqüentemente, no crescimento da insegurança alimentar e da fome nesse território.

Palavras-chave: Venezuela; Imperialismo; Fome; Dependência.

EL CRECIMIENTO DEL HAMBRE EN VENEZUELA: LA DEPENDENCIA ECONÓMICA Y EL PAPEL DE LA OFENSIVA IMPERIALISTA

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar cómo la ofensiva imperialista liderada por Estados Unidos sobre Venezuela, desde mediados de la década de 2010, y la dependencia económica de la producción petrolera han llevado a esa nación a una crisis sin precedentes que se expresa en el crecimiento del hambre. De esta manera, comenzamos con algunas consideraciones sobre el tema del imperialismo, vinculado a la expansión territorial del modo de producción capitalista para someter nuevos espacios a su dinámica de acumulación, y cómo se expresa concretamente en el período contemporáneo de crisis estructural. A

¹ Doutorando em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro (SP). Email: vinicius.ismael@hotmail.com

² Doutorando em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro (SP). Email: joao.rosalin@unesp.br

³ Mestre em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro (SP). Email: ramonspironellonasc@hotmail.com

continuación, analizamos brevemente la dependencia histórica de Venezuela, un país de la periferia capitalista sujeto a los intereses del centro capitalista, a la producción petrolera y cómo esto impactó en la producción de bienes de consumo, especialmente alimentos, generando la necesidad de importarlos. Finalmente, explicamos la ofensiva imperialista, encabezada por los gobiernos estadounidenses de Barack Obama y Donald Trump, sobre Venezuela y qué mecanismos moviliza para desestabilizar económica, política y socialmente ese territorio, desembocando, en conjunto a los efectos de la crisis de 2008 sobre el precio del petróleo, a un recrudecimiento de la crisis venezolana que se expresa, entre otras cosas, en la dificultad de importar alimentos y, en consecuencia, en el aumento de la inseguridad alimentaria y el hambre en ese territorio.

Palabras-clave: Venezuela; Imperialismo; Hambre; Dependencia.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto consiste em apresentar algumas considerações sobre como a ofensiva imperialista dos Estados Unidos (nos governos de Barack Obama e Donald Trump) sobre a Venezuela e a histórica dependência econômica desta em relação à produção de petróleo e importação de alimentos têm se constituído fatores – mas não os únicos – para o crescimento da fome e da insegurança alimentar em território venezuelano nos últimos anos (a partir de 2013 em especial), levando em conta o contexto de ampla ofensiva do processo de acumulação capitalista sobre os países da América Latina, que tem ocorrido com maior força a partir da década de 2010 e que tem papel central no desencadeamento da crise econômica, política e social venezuelana, da qual resulta, entre outros problemas, o crescimento da fome.

Dentre os fatores responsáveis pelo desencadeamento da crise econômica na Venezuela, a forte queda do preço do barril de petróleo, base da economia do país e que configura uma grande dependência, se destaca.

Entretanto, um outro aspecto que devemos considerar de importância vital para a crise é o da geopolítica. Entre os conflitos geopolíticos centrais nos quais se insere a Venezuela nas últimas décadas, destacam-se aqueles frente aos Estados Unidos (maior consumidor de petróleo do mundo), Arábia Saudita (grande produtor petrolífero) e outros aliados dos norte-americanos. Conflitos que também se apresentam na política interna venezuelana, que desde os governos de Hugo Chávez (1999-2013) e, com maior complexificação, os de Nicolás Maduro (desde 2013), expõem um enfrentamento entre os interesses da burguesia nacional, representada pelos opositores aos governos chavistas, e os das classes trabalhadoras, representadas pelos governos chavistas. Desde 2002, além disso, a oposição, alinhada aos interesses do capital internacional, vem tentando golpear os governos populares com vistas a tomar o controle sobre a produção do petróleo, capitaneada pela empresa *Petróleos de Venezuela* (PDVSA), de propriedade estatal desde 1999 (SILVA, 2016). Como veremos mais à frente, a investida imperialista sobre a Venezuela tem papel central na desestabilização da economia do país e, conseqüentemente, na piora das condições de alimentação da população do país.

Desta maneira, nossa exposição se inicia com algumas considerações a respeito do processo de expansão territorial do capital e do imperialismo exercido pelas nações do centro capitalista nas nações subdesenvolvidas e como eles têm se expressado nas últimas décadas na América Latina. A seguir, tratamos sobre a Venezuela e a especificidade de seu desenvolvimento capitalista, atrelado à

exploração da produção petrolífera deste país pelo centro capitalista e sua relação com a dependência à importação de alimentos. Em sequência, abordamos a ofensiva do capital (sobretudo através do Estado norte-americano) que vem sendo empreitada sobre a Venezuela nos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro e que, em conjunto com a dependência econômica à produção de petróleo, tem impactado diversos aspectos desse território, como a falta de alimentos e, conseqüentemente, a fome.

Para desenvolver este trabalho, realizamos um levantamento bibliográfico e posterior leitura de livros, artigos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e outros trabalhos sobre os temas aqui abordados, como imperialismo, Venezuela, globalização, dependência e demais temas correlatos; assim como levantamento e leitura de artigos e matérias publicadas na imprensa a respeito do tema em análise.

A EXPANSÃO TERRITORIAL DO CAPITAL E O IMPERIALISMO

Moraes e Costa (1984) bem entendem que o capitalismo se configura enquanto um modo de produção fundamentalmente expansionista, se realizando num ciclo de reprodução ampliada em diferentes espaços. Seguindo essa constatação, Harvey (2005) compreende que com o desenvolvimento capitalista, a concentração geográfica e os diversos processos de acumulação primitiva - presentes na atualidade - agem como mecanismos que mobilizam os excedentes de capital e de força de trabalho. Estes processos de acumulação primitiva do presente – denominados pelo referido autor como *acumulação por espoliação* – se concretizam na aplicação de capital superacumulado via mecanismos como a financeirização e o sistema de crédito (GODOY, 2018), que têm se intensificado a partir da década de 1970, com a globalização do capitalismo.

Um outro mecanismo central da acumulação por espoliação é a imposição, através das nações do centro capitalista, da adoção, em países periféricos, de políticas neoliberais, como as privatizações, e de flexibilização do trabalho. Tal mecanismo conta, em diversos casos, com o uso da força coercitiva para impor tais medidas, através das guerras e embargos econômicos⁴. Podemos pensar em casos como a relação dos Estados Unidos e do capital internacional com a Venezuela, foco de atenção no presente trabalho.

A respeito das relações imperialistas do atual período capitalista, Mascaro (2013) observa que, objetivando a valorização do valor, os Estados centrais desenvolvem uma série de mecanismos em conjunto, como a criação de órgãos internacionais e multilaterais (como o FMI), e de acordos de comércio que facilitem a livre mobilidade do capital entre os territórios (como o NAFTA). Deve-se considerar que os países com maior concentração de capitais possuem maior força política e decisória nestes acordos, bem como sobre Estados mais pobres, influenciados a adotar medidas econômicas que favoreçam os interesses da reprodução do capital. Isso significa, na maioria dos casos, na formulação de políticas de caráter impopular e que levam ao crescimento das desigualdades internas desses territórios, políticas que buscam garantir maior exploração do trabalho e acumulação de capital nos países periféricos, o que os conduz a uma reprodução das desigualdades que

⁴ Mascaro (2013) observa que uma vez que há profunda desigualdade material entre os territórios, as relações entre eles se dão por grandes dependências e fragilidades dos países pobres em relação aos ricos, que podem ser percebidas a partir da baixa soberania política dos territórios periféricos, obrigados, a partir de guerras, embargos, acordos econômicos e militares desfavoráveis, a se submeter ao interesse dos países dominantes, o que forma entre os Estados uma pluralidade necessariamente desigual.

afetam diretamente a força de trabalho, como por exemplo na reprodução da fome e da insegurança alimentar, presente com grande força nos países da periferia.

VENEZUELA: DEPENDÊNCIA HISTÓRICA DO PETRÓLEO E DA IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

O'Connor (1964) aponta que anteriormente ao descobrimento de petróleo no Lago Maracaibo, em 1917, a Venezuela produzia majoritariamente café, cacau e gado e possuía um baixo dinamismo na atividade exportadora de bens primários, diferentemente de outros países sul-americanos. Apenas nove anos após o descobrimento de petróleo, em 1926, tal item se tornou o principal produto de exportação do país.

Passando por um desenvolvimento capitalista fortemente imbricado à dependência das nações centrais e de grandes empresas internacionais (como a *Standard Oil* e a *Shell*), em um contexto de expansão imperialista do capital, a política e a economia venezuelanas foram comandadas pelos territórios do centro capitalista no sentido de garantir a entrada de investimentos em territórios de grande produção petrolífera, bem como de fazer tais países permitirem uma atuação direta do centro em suas políticas internas, a Venezuela constituiu-se um desses territórios.

Como mostra Santos (2018), a atividade petrolífera e a receita dela derivada levaram a uma valorização da moeda nacional, o *bolívar*, que elevou o preço dos gêneros agrícolas exportáveis e que, em um contexto de recessão econômica do período entre guerras, tornou a Venezuela uma importadora de alimentos, apresentando uma baixa produção interna de bens de consumo e fraca diversidade produtiva. Tais fatos, segundo Santos (2018), revelaram uma face de um processo determinante na constituição da Venezuela contemporânea: “o esvaziamento das atividades produtivas como desdobramento do modo como a receita do petróleo impactou as relações sociais legadas pela formação histórica do país” (SANTOS, 2018, p. 34).

Assim, com um capitalismo historicamente baseado no tripé renda do petróleo/importação/latifúndio improdutivo (SANTOS, 2020), com a produção petrolífera constituíram-se uma burguesia rentista que viveu com base nos percentuais repassados pelas empresas multinacionais petrolíferas e do aluguel de propriedades, uma classe média incipiente e alinhada à burguesia, um proletariado urbano, pequenos e médios proprietários rurais e pescadores da costa caribenha. Uma formação social com embates de classes intensos e com uma perseguição frequente dos sindicatos e organizações políticas.

Já em 1973, em um período de crise estrutural do capitalismo, que segundo Mandel (1990) consistiu em uma crise de superacumulação derivada do volume de excedentes produzidos (e não do petróleo simplesmente), o preço do petróleo triplicou no mercado internacional, o que possibilitou um fluxo crescente aos países produtores. A Venezuela passou por um grande crescimento de recursos financeiros (SILVA, 2016). Essa entrada de recursos e investimentos no país, na década de 1970, promoveu duas conjunturas, aponta Silva (2016): uma entrada de dólares responsável pela valorização da moeda e que encareceu o custo de produção; e uma acentuada discrepância entre a massa salarial nas atividades petroleiras e a de outros setores. Com o aumento do *bolívar*, cresceu o poder de compra dessa moeda, que possibilitou uma importação, no setor de alimentos, à preços mais baixos.

No ano de 1972, conforme Furtado (2008, *apud* SILVA, 2016), 40% do total de bens disponíveis ao consumo era importado, dificultando o investimento na modernização dessa produção no país, investimento que era concentrado na produção do petróleo. Nesse sentido é que Santos (2018) observa uma difusão de um padrão de consumo de produtos importados e um crescente endividamento público apoiado na certeza de receitas futuras – através do petróleo – por parte do Estado.

Ademais, embora houvesse uma grande abundância de recursos não-renováveis (hidrocarbonetos), havia pouca quantidade de recursos renováveis (pecuária, solos para agricultura), e a absorção de tecnologias destinou-se quase totalmente na produção do petróleo, deixando poucas condições tecnológicas para as demais áreas. Ou seja, a estrutura social do país pouco mudou mesmo com a grande entrada de recursos decorrentes do petróleo, em especial no longo prazo (SILVA, 2016).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, com a adoção do receituário neoliberal imposto às nações latino-americanas, mais de 50% da renda do petróleo foi destinada ao pagamento da dívida aos credores.

Ainda que durante os governos de Hugo Chávez, entre 1999 e 2013, o crescimento econômico puxado em parte pela alta das *commodities* na segunda metade da década de 2000 e a mudança na destinação dos recursos do petróleo - que passou a ser utilizado em políticas públicas de desenvolvimento social como as *misiones* (e entre elas a *misión alimentación*) - tenham levado a grandes avanços, como a queda da pobreza e da extrema pobreza, queda da desigualdade, crescimento do número de pessoas escolarizadas, queda do desemprego, crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre outros, problemas como a dependência ao petróleo, criminalidade, corrupção, ineficiência estatal, cultura rentista, baixa soberania alimentar e padrão de consumo baseado na importação persistiram no país (SANTOS, 2018).

Vulnerável às altas e baixas cíclicas das cotações internacionais do preço do petróleo, e com dificuldades para desenvolver outras atividades que diversifiquem sua economia, a Venezuela historicamente não tem encontrado meios de diminuir sua dependência ao petróleo (MARINGONI, 2009).

Nesse sentido, já no governo de Nicolás Maduro e com os efeitos da crise capitalista de 2007-2008, a Venezuela passa a sofrer um agravamento da crise econômica. A queda do preço do petróleo, a partir de meados de 2014, foi catastrófica. O preço do barril caiu de 99,11 dólares em junho de 2014 para 36,53 dólares em novembro de 2015. Os impactos dessa crise foram intensos. Entre eles, o Estado ficou sem divisas para importar produtos básicos, como alimentos e remédios (MARTÍNEZ, PEDROSO, FRANZONI, 2018). Ou seja, esta queda do preço foi a gota d'água de uma dependência econômica venezuelana aos preços do petróleo internacionalmente. Trataremos melhor desse ponto mais à frente.

Além desses aspectos diretamente ligados à própria formação social venezuelana, um elemento central da crise da sociabilidade venezuelana é a ofensiva da reprodução ampliada do capitalismo na América Latina, intensificada desde a segunda metade da década de 2010 e que se expressa geopoliticamente na queda e derrubada de governos, mais alinhados aos interesses populares, que vinham governando a maioria dos países da região desde o início da década de 2000.

Na Venezuela, esse movimento se expressa no endurecimento das ações dos Estados Unidos (tanto nos governos Barack Obama como Donald Trump) contra a

Venezuela, sobretudo através da imposição de sanções econômicas, que impactam a sobrevivência dos trabalhadores venezuelanos.

A OFENSIVA IMPERIALISTA SOBRE A VENEZUELA E A FOME

O dossiê nº17 do *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social* (ITPS, 2019), identifica que desde 2015 a Venezuela vem sofrendo uma ofensiva comandada pelos interesses dos Estados Unidos, que objetiva reforçar a exploração sobre as economias latino-americanas, intensificando a financeirização e transnacionalização dessas economias – utilizando diversas armas para influenciar os diferentes territórios da região. Derrubada de governos menos submissos com intervenção militar, golpes de Estado, associação com partidos opositores aos governistas são alguns desses mecanismos que estão presentes na Venezuela, objeto de investigação desse trabalho.

Medidas tomadas pelos governos norte-americanos na Venezuela incluem a imposição de embargos econômicos que, por exemplo, dificultam a compra de equipamentos tecnológicos para a PDVSA⁵. Outros exemplos são as sanções impostas ao país em agosto de 2017, proibindo a realização de transações com títulos da dívida venezuelana⁶. Ou mesmo a sanção total aplicada por Donald Trump em agosto de 2019, congelando todos os bens venezuelanos nos Estados Unidos e proibindo todo tipo de transação⁷. Tais medidas enfraquecem a economia venezuelana, dependente da renda do petróleo, e impactam diretamente a qualidade de vida da população. Problemas como hiperinflação, alta dos preços de alimentos e desabastecimento de alimentos e medicamentos nos mercados e farmácias passaram a ser intensos (CURCIO, 2018). Esses problemas são utilizados pelos apologetas do capital como justificativa para alegar a existência, na Venezuela, de uma crise humanitária resultante da escassez de alimentos, remédios, energia e outros bens. Constrói-se um cenário de emergência que justifica a intervenção externa através da “ajuda humanitária”, tal como feito em países como Síria, Líbia e Haiti.

A desavença atual entre os governos venezuelano e norte-americano tem sua gênese na eleição de Hugo Chávez, abarcando os governos George Bush, Barack Obama e Donald Trump. Em vistas a superar o domínio norte-americano sobre a Venezuela e a dependência desta a um só comprador, Chávez se aproximou a países adversários dos EUA em parte do Oriente Médio, Ásia e África a partir de acordos sobre a política de preço do petróleo e da OPEP. Além disso, buscou uma integração entre os países da América Latina e Caribe através da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA).

Os conflitos com os Estados Unidos prosseguiram com as presidências de Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2017-2021), se intensificado a partir de 2015. No primeiro mandato de Obama, conforme Pecequillo e Forner (2017), a política externa norte-americana focou-se nos conflitos no Afeganistão, Iraque e Estado Islâmico e na crise interna decorrente da crise de 2008.

⁵ MARINGONI, G. Como e por que Maduro se sustenta e não dá sinais de cair no curto prazo. Diário do Centro do Mundo. 15 Setembro 2019. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-e-por-que-maduro-se-sustenta-e-nao-da-sinais-de-cair-no-curto-prazo-por-maringoni-da-venezuela/>. Acesso em: 16 jan . 2022.

⁶ MARCO, D. G. Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?. BBC Mundo. 26 Agosto 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>. Acesso em: 16 jan . 2022.

⁷ EUA impõem sanções econômicas totais contra o governo da Venezuela. G1. 05 Agosto 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/05/eua-impoe-sancoes-economicas-totais-contra-o-governo-da-venezuela.ghtml>. Acesso em: 16 jan . 2022.

Obama voltou sua atenção à América Latina em seu segundo mandato (2013-2017), e tratou de questões como a retomada das relações com Cuba, a migração e a disputa de espaços geopolíticos e econômicos na região frente à China. Esta reinserção sobre a América Latina foi facilitada, segundo Pecequillo e Fornier (2017), em decorrência do enfraquecimento das *commodities*, da queda das exportações para a China e das viradas conservadoras ocorridas em países da região, que passaram a ter governos de orientação neoliberal e pró-Estados Unidos. Assim, a estratégia da agenda norte-americana objetivou recuperar a liderança internacional diante da ascensão chinesa e de governos nacionalistas que ameaçavam os interesses dos EUA. A forte investida se deu através da nova Doutrina de Obama, lançada em 2015 (NSS-2015).

Permaneceu na doutrina norte-americana o discurso da necessidade de “democracia” nos territórios latino-americanos considerados autoritários (principalmente a Venezuela). Ou seja, preceitos da *Doutrina Monroe*, de 1823, pelos quais se busca reafirmar o domínio dos EUA em sua zona de influência, a América Latina (PECEQUILO; FORNIER, 2017).

Ainda segundo relatório do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (ITPS, 2019) o controle da produção de petróleo, água, energia, biodiversidade entre outros é de grande importância para os investimentos norte-americanos na região. A estratégia para esse controle tem sido feita tanto via guerra convencional como guerras híbridas, que se constituem através da exploração de debilidades políticas, militares e econômicas dos governos desses territórios. O controle se faz, por exemplo, através do apoio e fomento de grupos de oposição além do controle das rotas comerciais e redes de transportes desses espaços.

A Venezuela, vale lembrar, é um território estratégico, tanto devido a presença da Floresta Amazônica em seu território como também por possuir imensas reservas de hidrocarbonetos, as maiores reservas de petróleo do mundo. Sua posição geográfica também é vital para os Estados Unidos, por ser mais próxima em comparação aos países do oriente-médio (ITPS, 2019).

Ainda no governo Obama, várias formas de bloqueio econômico sobre a Venezuela foram tomadas desde 2014. A primeira se deu em dezembro daquele ano, com a aprovação da Lei de Defesa dos Direitos Humanos na Venezuela nº113-278. Outra medida foi tomada em março de 2015 ao Obama assinar a Ordem Executiva nº13692, declarando a Venezuela ameaça para a segurança interna dos Estados Unidos. Até outubro de 2020, o número de sanções contra a Venezuela era de 150: 62 dos Estados Unidos, 9 da União Europeia, cinco do Canadá e duas do Reino Unido⁸. Deve-se destacar também uma medida feita pelos EUA e seu aliado, Arábia Saudita, para abaixar os preços internacionais do petróleo através da OPEP⁹ entre 2015 e 2016, que se deu através do aumento da produção saudita. Assim, o petróleo venezuelano caiu para 26 dólares por barril, o que levou o país a se aprofundar ainda mais na recessão.

Outra medida do governo Obama se manifestou em 2016, quando o Departamento de Estado dos Estados Unidos classificou a Venezuela como uma *ditadura*, levando a narrativa da mídia hegemônica (inclusive a brasileira), ligada ao capitalismo financeiro, progressivamente caracterizar o regime venezuelano como ditatorial.

⁸ MELLO, M. Em seis anos de bloqueio, Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe. Brasil de Fato. 08 out. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>. Acesso em: 18 dez. 2022.

⁹ Tal organização é responsável por definir o preço e controlar a cota que cada país membro da mesma pode produzir de barris por dia.

Entre março de 2015 e 2019, o governo dos EUA editou mais de seis decretos penalizando atividades econômicas na Venezuela, bloqueando montantes para importação de alimentos, medicamentos e bens básicos. Inclusive aplicaram-se multas e sanções a sócios que comercializam com a Venezuela, chegando ao ponto de confiscar carregamentos comerciais.

Donald Trump, eleito em 2016 através de discursos de extrema-direita e de uma avalanche de mentiras, intensificou as ações contra a Venezuela a partir de julho de 2017, quando aprovou sanções que congelaram possíveis ativos venezuelanos no país¹⁰.

Segundo Cepik (2019), as ações do governo Trump atacaram com ainda mais força os governos da América Latina, sem utilizar discursos como “uma necessidade de parceria entre os territórios”, como feito por Obama - ainda que na prática os governos democratas também desempenhem intensas ofensivas imperialistas. Com Trump, no entanto, foi crescente o protagonismo das Forças Armadas e outros órgãos de segurança nacional na aplicação da política externa americana sobre a região. O Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM), possui alguns dos elementos que constituem o corolário de Trump para a região, que incluem “a securitização da presença chinesa ‘ameaçadora’ da hegemonia regional exercida por Washington, a ‘crise humanitária’ causada pelo regime venezuelano e a imigração como vetor criminogênico (‘drogas e violência’)” (CEPIK, 2019, p. 253). Nesse sentido, a narrativa do governo Trump tratou a Venezuela como uma ditadura tirânica, da mesma forma como tratou Cuba e Nicarágua¹¹.

As ferramentas de intervenção norte-americana na Venezuela, como aponta Curcio (2018) possuem três dimensões: produtiva-distributiva, comercial e financeira. Tais medidas foram explicitadas pelo então chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, Kurt Kidd, em um texto denominado *Golpe Mestre*:

Incrementar a instabilidade interna a níveis críticos, intensificando a descapitalização do país, a fuga de capital estrangeiro e a deterioração da moeda nacional, mediante a aplicação de novas medidas inflacionárias que incrementem essa deterioração [...] obstruir as importações e ao mesmo tempo desmotivar os possíveis investidores estrangeiros (CURCIO, 2018, p. 27).

Na dimensão produtiva-distributiva, a Venezuela possui uma estrutura produtiva orientada para a exportação de bens primários - sobretudo o petróleo. Ainda que a produção de bens para consumo interno tenha obtido um crescimento nos anos de Chávez, não foi suficiente para abastecer a demanda. Ou seja, o país possui uma dependência das importações de bens de consumo, historicamente controlados por empresas estrangeiras, como evidencia Vielma (2018). Aqui, percebe-se a *hiperinflação* como forma concreta de guerra econômica. A hiperinflação possui dois elementos centrais: desabastecimento de produtos básicos

¹⁰ O contexto em que tais sanções foram aplicadas era de um enfraquecimento da oposição venezuelana, uma vez que Nicolás Maduro havia convocado uma Assembleia Nacional Constituinte para substituir o Legislativo do país, que desde 2015 tinha a maioria de suas cadeiras ocupadas pelo partido opositor MUD. A eleição para essa assembleia ocorreu no mesmo mês em que foram anunciadas as sanções. Em paralelo à votação oficial, a oposição convocou uma outra votação para mostrar a falta de legitimidade do pleito que Maduro promoveria poucas semanas depois, venezuelanos no exterior aderiram a esse pleito antichavista. A oposição angariou 7 milhões de votos favoráveis à não convocação da Assembleia Nacional Constituinte de Maduro, que mesmo assim foi realizada. A Assembleia convocada pelo governo venezuelano foi rechaçada pela oposição e vários países, como o próprio Estados Unidos.

¹¹ Em relação à China, o discurso de Trump defende que a mesma tem aumentado sua “má influência” sobre governos da América Latina, como também apoiado governos tiranos como de Maduro. A atuação do corolário é no sentido de derrubar o governo Maduro, considerado pelos elaboradores dessa doutrina como o elo mais frágil na região. Eles também acreditam que, derrubando o governo venezuelano, enfraqueceriam o governo cubano e traria mais força à Trump (CEPIK, 2019).

e especulação com a moeda. Quem controla a hiperinflação a partir desses dois instrumentos é a burguesia, responsável por controlar os alimentos e que pressiona a alta dos preços com base nesses dois mecanismos (CURCIO, 2018).

A partir de 2017, os preços dos alimentos subiram em média diariamente mais de 2%, apresentando picos em 2018 e no início de 2019. Segundo Curcio (2018), mais de 90% do aumento dos preços dos alimentos é em decorrência do aumento realizado pelos grandes fornecedores de alimentos, com base na cotização do dólar. Os fornecedores também retêm alimentos com preços regulados, não os colocando nas gôndolas dos mercados, o que resulta em uma escassez induzida desses alimentos.

Além disso, Pereira (2021) aponta que em dezembro de 2017 foi feito um bloqueio, por parte dos bancos europeus, de 29,7 milhões de dólares destinados à compra de alimentos pela Venezuela, que afetou a entrega desses alimentos, retidos na fronteira com a Colômbia.

A segunda dimensão, comercial, também possui relação com a dependência latino-americana ao capitalismo global, na qual o crescimento econômico depende da obtenção de grande quantidade de divisas para realizar gastos de consumo necessários. Assim, “sem a entrada de dólares para financiar o processo de crescimento de produção de bens, em geral, e de alimentos, em particular, nossas economias se veem impossibilitadas de acelerar seus processos de crescimento” (ITPS, 2019, p. 16).

Na dimensão financeira, os Estados Unidos têm impedido operações financeiras da Venezuela - como emissão da dívida e de instrumentos financeiros. Não permite também transferência de títulos do governo nos mercados financeiros, e proíbe a PDVSA de emitir instrumentos para obter financiamento em dólares em diversos mercados, o que levou a situações como a recusa das organizações financeiras internacionais de realizar transações da ou para a Venezuela (ITPS, 2019).

Assim, como enfatiza o relatório, “a conjunção de hiperinflação, escassez induzida, limitações à obtenção de dólares comerciais e bloqueio financeiro tenciona a crise que asfixia o povo venezuelano” (ITPS, 2019, p. 17).

Diante desse contexto, com o acirramento da pressão do capital sobre a Venezuela e as lutas de classe internas, concretamente a situação do país se aprofundou. Em maio de 2019, um relatório do Banco Central da Venezuela estimava uma inflação em 2018 de 130.000% e entre o período abril de 2018 a abril de 2019, essa porcentagem era de 282.000%. Santos (2018) aponta que no início de 2019 a dívida externa era de 184,5 bilhões de dólares, sete vezes maior que as exportações no ano 2017 e mais de vinte vezes o volume de reservas nacionais em 2018. A produção de petróleo caiu de três milhões de barris diários para pouco mais de quinhentos mil barris. Ademais, apenas um terço da capacidade industrial instalada no país era utilizada, e o déficit fiscal era maior que 20% do PIB.

Em razão da queda de receitas, o Estado passou a emitir moedas, crescendo a hiperinflação. A desvalorização da moeda conduziu a uma dolarização da economia, com o governo imprimindo bilhetes de cinquenta mil bolívares. O salário-mínimo era por volta de 6 dólares mensais. E, além disso, com a queda nas importações, a escassez de medicamentos e de alimentos, problemas nos transportes, hospitais e falta de energia elétrica tornaram-se frequentes (SANTOS, 2018).

Em relação ao problema da insegurança alimentar, Pereira (2021) aponta, com base em dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e

Agricultura (FAO), que a fome quase triplicou do período 2010-2012 (3,6%) para o período 2015-2017 (11,7%), configurando a Venezuela, na época, como país americano com maior proporção de pessoas em estado de fome.

De acordo com a pesquisa ENCOVI de 2020, 97% dos lares venezuelanos apresentaram algum sinal de insegurança alimentar, e 30% das crianças menores de 5 anos apresentaram desnutrição aguda. As duas pesquisas ENCOVI mais recentes (2021 e 2022) indicam uma melhoria na alimentação dos venezuelanos após um período de maior crise (de 2014 a 2019). A pesquisa de 2022 identificou um crescimento dos lares sem insegurança alimentar entre 2020 e 2022, passando de 11,8% para 21,9%; além de uma queda da porcentagem de lares, entrevistados pela pesquisa, que chegaram a ficar um dia todo sem se alimentar, decrescendo de 34,3% em março de 2020 para 13,9% em julho de 2022.

Já dados do Programa Mundial de Alimentação (PMA) mostraram que, entre julho e setembro de 2019, 7,9% das famílias venezuelanas se consideravam gravemente inseguras em sua alimentação, enquanto 24,4% apresentavam uma insegurança alimentar moderada. A falta de variedade de alimentos (como proteínas) também foi apontada.

Em meio a situação de crise e de insegurança alimentar, uma das medidas tomadas pelo governo Maduro foi a reformulação da *misión alimentación* de Chávez através da criação dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP). Estes comitês foram criados em 2016 como reação à crise econômica e como forma de frear seu impacto sobre a população mais pobre. Junto ao *Carnet de la patria*, são na prática os mecanismos que substituíram as *misiones*, duramente impactadas pela crise. Segundo Maringoni (2019)¹², o *Carnet de la patria* é um documento de identidade que garante um auxílio financeiro quinzenal, sendo semelhante ao Bolsa Família brasileiro.

López Maya (2018) vê tais políticas como circuitos clientelistas para manter o apoio popular ao governo. Contudo, cerca de 87,5% dos lares venezuelanos acessam os itens fornecidos pelas CLAP, algo que o torna o programa de alimentação de maior alcance na história da Venezuela. O que Santos (2018) observa é que de fato o que se visualiza é uma *lumpenização* da população venezuelana, bastante dependente das ajudas promovidas pelo poder público.

Na alimentação, ainda, é central o papel conferido às Forças Armadas (que também possuem forte influência em diversas áreas do governo). Em 2016 foi criada a *Gran Misión Abastecimiento Soberano y Seguro*, coordenada pelo então ministro da Defesa, Vladimir Padrino, militar na ativa. Essa política é responsável por importar e distribuir alimentos e medicamentos.

Apesar do apoio ao governo, a força dos militares na Venezuela não é livre de contradições. Mesmo Santos (2018) afirma que muitos militares, de todas as patentes, já receberam denúncias por associação ao crime organizado e ao narcotráfico, assim como ao contrabando de combustíveis, pessoas e alimentos nas fronteiras.

Como aponta Pereira (2021), com a pandemia da Covid-19, a atuação dos comitês de abastecimento foi bastante impactada, dificultando a entrega das cestas básicas para as famílias venezuelanas, sem falar das várias sanções impostas à Venezuela, já tratadas anteriormente. Um outro programa criado pelo governo venezuelano, em razão da Covid-19 e das dificuldades geradas por ela, foi o *Yo compro en casa*, que permitiu a compra de alimentos através da internet ou telefone,

¹² Diário do Centro do Mundo. Moro tenta impedir CPI e Maringoni fala da Venezuela. 13 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hsawMnNVyZA>. Acesso em: 17 jul. 2022.

mas que também possui problemas em sua aplicação, em decorrência da própria pandemia e dos próprios problemas econômicos e geopolíticos que persistem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi debatido no presente trabalho, pode-se considerar que a classe trabalhadora venezuelana é de fato quem sofre os impactos de uma crise econômica e política que ao mesmo tempo possui determinantes relacionados à crise estrutural do capital, problemas internos vinculados à uma histórica dependência econômica do petróleo, como também decorre de uma ofensiva imperialista comandada pelos Estados Unidos. Esta ofensiva, que guarda relações com a crise capitalista global desencadeada em 2008, manifesta-se de diferentes formas nos territórios da região. Na Venezuela, a ofensiva se traduz, como vimos anteriormente, na aproximação com grupos e partidos políticos associados aos interesses da burguesia interna, associação com os meios de comunicação privados e também com as burguesias e governos que as representam nos outros países do continente.

Pode-se notar, dessa forma, que a atuação da ofensiva imperialista tem como horizonte promover nesse território um cenário de crise que enfraqueça o governo de Nicolás Maduro e, conseqüentemente, facilite para o capital financeiro internacional e seus aliados (externos e internos) reassumir o controle sobre os recursos naturais - o petróleo em especial - desse território e também de sua gestão, ameaçados pelos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Esse estado de crise promovido pela ofensiva imperialista se dá principalmente pela imposição de sanções econômicas à Venezuela, um processo que contribui para o acirramento da crise econômica nesse país e que leva ao desabastecimento de alimentos e, conseqüentemente, à fome. Ainda que os dados anteriormente apresentados mostram um recuo da insegurança alimentar nos últimos anos, o problema da fome, fortemente vinculado à própria lógica de funcionamento do capital - sobretudo na periferia capitalista - está bem distante de ser resolvido efetivamente.

REFERÊNCIAS

CEPIK, Marco. O Corolário Trump e a América Latina. **Revista tempo do mundo**. v. 5 n. 1. jan. 2019.

CURCIO, Pasqualina. **Hiperinflación**: arma imperial. Caracas: Editorial Nosotros Mismos, 2018.

Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) 2019-2020. Disponível em: <https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) 2021. Disponível em: <https://www.proyectoencovi.com/encovi-2021>. Acesso em: 09 fev. 2023.

Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) 2022. Disponível em: <https://www.proyectoencovi.com/encovi-2022>. Acesso em: 09 fev. 2023.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. CATEGORIAS MARXISTAS E ANÁLISE DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO. *In: Revista Formação (ONLINE)*, v. 25, n. 45, maio-ago/2018, p. 35-50.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (ITPS). **Venezuela e as guerras híbridas na América Latina**. Dossiê nº 17. 2019. Disponível em: https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/06/190604_Dossier-17_PT_Web-Final.pdf.

LÓPEZ MAYA, Margarita. El colapso de Venezuela. ¿qué sigue?. **Pensamiento Próprio** 47. V. 23. n. 1. jan. - jun. 2018. p. 13-36.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MARTÍNEZ, Alfredo Juan Guevara; PEDROSO, Carolina; FRANZONI, Marcela. Trump e a América Latina: a política externa para Venezuela, Cuba e México. **MUNDO E DESENVOLVIMENTO: Revista do Instituto de Estudos Economicos e Internacionais**. v. 1 n. 1. 2018.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. MORAES, Antônio Carlos Robert.; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec. 1984.

O'CONNOR, Harvey. Venezuela: Um estudo sobre o imperialismo. *In: SWEEZY, P. M. et al. Perspectivas da América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1964.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. OBAMA E A AMÉRICA LATINA (2009/2016): ESTAGNAÇÃO OU AVANÇOS?. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados**, v.6. n.11, jan./jun. 2017.

PEREIRA, Alessandra da Silva Lima. O AGRAVAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR VENEZUELANA NA PANDEMIA DE COVID-19. **Revista Discente Planície Científica**, Campos dos Goytacazes – RJ v. 3, n. 2, jul./dez. 2021.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, Roberto Santana. Venezuela: breve história e análise da Revolução Bolivariana. *In: SANTOS, Roberto Santana et. al. (Orgs.) América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SILVA, Flávio Túlio Ribeiro. **A política de Estado sobre os recursos do petróleo: O caso venezuelano**. São Paulo: Pillares, 2016.

VIELMA, Franco. **“Razones y factores que explican el aumento de los precios em Venezuela”**. 2018. Disponível em: <https://kaosenlared.net/venezuela-razones-y-factores-que-explican-el-continuo-aumento-de-precios/>. Acesso em: 21 jul. 2022.